

Parágrafo único - Não serão considerados como lixo os resíduos das fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como: terra, folhas e galhos de jardins e quintais particulares, os quais serão removidos às custas dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art.37 - As casas de apartamentos e prédios de habitação coletiva deverão ser dotadas de instalação incineradora e coletora de lixo, esta bem disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivo para limpeza e lavagem.

Art.38 - Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e sejam providos de instalações sanitárias.

§ 1º - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiras e privadas em número proporcional aos seus moradores.

§ 2º - Não serão permitidas nos prédios da cidade, das vilas, e povoados, providos de rede de abastecimento d'água, abertura ou manutenção de cisternas.

Art.39 - As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões hotéis e de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça e fuligem ou outros resíduos que possam expelir não incomodem aos vizinhos.

Parágrafo único - Em casos especiais, a critério da Prefeitura as chaminés poderão ser substituídas por aparelhamento eficiente que produza idêntico efeito.

Art.40 - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 100% a 150% (cem por cento a cento e cinquenta por cento) do maior valor de Referência vigente no País - MVR, à época da infração.